

IGUALDADE, ALTERIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Júlia Munareto

Relações Públicas. Aluna do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria / Mestrado em Comunicação Midiática. Linha: Mídia e Identidades Contemporâneas

Rosane Rosa

Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009), Mestre em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2000). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Investiga os temas: comunicação, políticas públicas sociais, cidadania, educação, identidade e diferenças.

Carolina Moro

Jornalista. Aluna do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria / Mestrado em Comunicação Midiática. Linha: Mídia e Identidades Contemporâneas.

Camila Marques

Relações Públicas. Aluna do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria / Mestrado em Comunicação Midiática. Linha: Mídia e Identidades Contemporâneas.

Resumo

O presente trabalho propõe refletir teoricamente sobre identidade, diferença, frente a possibilidade de enfrentamento das desigualdades culturais por meio de políticas públicas, sendo enfatizadas aqui as políticas públicas culturais. Apresentamos alguns projetos culturais realizados em Santa Maria – RS e em outras regiões do estado, que tem como foco o contexto educacional e abordam diversificadas temáticas, importantes de serem trabalhadas perante os alunos para o desenvolvimento de uma cultura da paz diante das diferenças culturais. Buscamos conhecer e descrever esses projetos, a forma como acontecem, a abrangência que possuem e as estratégias que utilizam para proporcionar o acesso a bens culturais aos estudantes de escolas públicas. Acreditamos que a partir de um trabalho bem desenvolvido, é possível que contribuam, ainda que parcialmente, para a diminuição das desigualdades culturais e o despertar da criticidade e da politicidade de sujeitos inseridos em um mesmo contexto que é a escola.

Palavras-chave: Diferença; Igualdade; Políticas Públicas Culturais; Escola

Resumen

En este trabajo se propone reflexionar teóricamente sobre la identidad, la diferencia y la igualdad, hacia delante la posibilidad de hacer frente a las desigualdades a través de políticas públicas, siendo destacó aquí las políticas públicas de cultura. Presentamos algunos de los proyectos culturales realizados en Santa Maria - RS y otras regiones del estado, que se centra en el contexto educativo y exponer diversos temas, importantes para ser trabajadas ante los estudiantes. Tratamos de descubrir y describir estos proyectos, como sucede, la cobertura que tienen y las estrategias que utilizan para facilitar el acceso a los bienes culturales para los estudiantes de escuelas públicas. Creemos que a partir de un trabajo bien desarrollado, es posible contribuir, aunque sea en parte, a la reducción de las desigualdades sociales y el despertar de la criticidad de los sujetos incluidos en el mismo contexto que es la escuela.

Palabras clave: Diferencia; Igualdad; Políticas Públicas Culturales; Escuela

Abstract

This paper proposes to reflect theoretically about identity, difference and equality, forward the possibility of facing the inequalities through public policy, being stressed here the public cultural policies. We present some cultural projects undertaken in Santa Maria - RS and other regions of the state, which focuses on the educational context and expose diverse themes, important to be worked before the students. We seek to discover and describe these projects, how it happens, the coverage they have and the strategies they use to provide access to cultural goods to public school students. We believe that from a job well developed, it is possible to contribute, even in part, to the reduction of social inequalities and the awakening of the criticality of subjects included in the same context as the school.

Keywords: Difference; Equality; Cultural Public Policy; School

1. Introdução

A temática a ser tratada no presente artigo passa por questões relativas à identidade, diferença, considerando a importância das relações entre sujeitos sociais com diferentes identidades culturais na sociedade e, principalmente, no ambiente escolar. Sem deixar de dar atenção a questões como o pluralismo, atualmente presentes nos diferentes espaços de sociabilidade, realizamos uma aproximação com as possibilidades de utilização de diferentes formas culturais a favor do processo pedagógico e da vivência em sociedade, onde a redução do desigual acesso a oportunidades anda de mãos dadas com a aceitação das diferenças.

Entendemos a necessidade cada vez maior de se evitar que a desigualdade do acesso a bens materiais, sociais e culturais, entre outros, acabe aprofundando ainda mais o abismo entre as diferentes camadas da população, e é aí que se acredita residir a importância da criação e implementação de Políticas Públicas para as diferentes áreas, tais como a educação, a cultura e a comunicação.

Iniciamos essa reflexão partindo de um contexto mais amplo, que engloba questões sobre identidade, diferença e igualdade. A identidade é relacionada aqui com sua formação e constituição, apresentadas como possíveis a partir do relacionamento e convivência entre sujeitos; a diferença, presente atualmente nos diversos espaços públicos que sugerem a convivência entre indivíduos plurais; e a igualdade, com o debate acerca dos direitos e oportunidades para qualquer ser humano, independente de classe ou etnia, num contexto em que, como argumenta Lucas (2010), ainda que a abertura do mundo para novas possibilidades de acesso e trocas venha sendo expansiva e contínua, não significa que “uma comunidade de todos os povos da Terra conseguiu formar uma aliança harmônica e solidária em torno de projetos comuns” (2010, p. 20). Pelo contrário, o acesso a essas novas possibilidades, está presente na realidade de uma minoria, permanecendo a maioria dos povos em desvantagem econômica, social, cultural e política.

Posteriormente, são expostas possibilidades de enfrentamento das desigualdades, já que se entende como primordial, a existência de um conjunto de ações específicas que busquem como objetivo principal o alcance à todos dos direitos humanos e sociais. Para tanto, entende-se que é por meio das políticas públicas, sendo enfatizadas aqui as políticas públicas culturais, que ações e programas interdisciplinares possam contribuir efetivamente na busca de solução de problemas sociais, a diminuição das desigualdades culturais e a emancipação dos sujeitos.

Os eixos teóricos tem conexão com a prática, ao serem Projetos Culturais financiados por Leis de incentivo à cultura e que, portanto, se inserem em uma política pública cultural, ao proporcionarem o acesso de crianças nas escolas públicas de periferias, às ações culturais compostas por teatro, cinema e literatura. Concorde-se que o contexto educacional é um espaço com potencialidade de, ao mesmo tempo em que inclui e contribui para a formação de sujeitos autônomos, proporciona o contato dos indivíduos com as diferenças, situações de intolerância e preconceito.

2. Identidade e Diferença: da constituição de sujeitos aos direitos humanos

A convivência democrática em uma sociedade plural sugere mais que a tolerância, o reconhecimento e respeito para com os diferentes grupos e culturas que a constituem. De acordo com Hall (1997, p. 06) “questões de diferença têm vindo à frente dos estudos culturais nas últi-

mas décadas e sido abordadas de diferentes maneiras por muitas disciplinas”. No entanto, nota-se que mesmo que tal abordagem seja realizada e que se reconheça sua importância, bem como do estabelecimento de uma comunicação entre conjuntos culturais, como destaca Touraine (1997), o que se observa atualmente é uma grande dificuldade em compreender a importância social do outro e das diferenças, sejam elas raciais, culturais, sociais, econômicas, etc.

A concepção de reconhecer tais diferenças é parte do pressuposto de que todo o ser humano é interdepende dos demais. Assim, é possível afirmar que a existência de um sujeito individual só acontece mediante o contato com o outro, ou seja, a existência do “eu” se dá a partir do reconhecimento da alteridade como sujeito singular. Considerar a pluralidade reconhecendo a estética da alteridade contribui para o enriquecimento mútuo e para o aprendizado de que existem formas diferentes, mas também complementares de ser, estar e agir no mundo. A diversidade enriquece a identidade dos seres humanos e as diferentes culturas e deve ser socialmente desejável, pois:

Numa sociedade em que proliferam problemas de ordem global, os quais extrapolam os limites territoriais do Estado-nação e afetam o homem independentemente de seus vínculos de pertença, qualquer alternativa que fomenta o isolamento e o distanciamento entre as culturas e entre as nações impedirá a formação de diálogos, tão necessários à constituição de uma política comum de responsabilidades e, também, dificultará a definição de uma agenda de reciprocidade que respeite a universalidade dos direitos humanos [...] (LUCAS, 2010, p. 21)

Ao falar dos sentimentos e vínculos de pertença, o autor salienta que eles inevitavelmente vão influenciar na configuração das identidades e nas formas de agir daqueles que fazem parte de um determinado grupo, podendo dar sentido a vida e da comunidade. É possível que tais sentimentos passem a delinear perfis semelhantes entre os que deles compactuam e, neste contexto, muitas vezes o outro cultural é “um problema, pois coloca permanentemente em xeque nossa própria identidade”. (SILVA, 2009, p. 97). A afirmação de pertencimento, formação identitária e a marcação da alteridade, segundo Silva, reconhecem um processo de inclusão e exclusão: “a identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído” (2009, p. 82).

Sabe-se que são muitos os conflitos e problemas que perpassam a questão da inclusão e exclusão, pois muitas situações que incluem por um lado, excluem por outro, fazendo com que “ninguém parece estar completamente incluído, ninguém parece estar totalmente excluído” (SKLIAR, 2003, p. 95). Por isso, quando a inclusão acontece, outro importante fator que vem a tona é o receio e estranhamento no encontro com o outro, bastante comum no cotidiano de um mundo plural e que pode, infelizmente, desencadear sentimentos de angústia em relação, a saber, como agir, como estabelecer contato e a alteridade. Esta diferença e singularidade são tidas como algo autônomo:

Em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ela é italiana”, “ela é branca”, “ela é homossexual”, “ela é velha”, “ela é mulher”. Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe. (SILVA, 2009, p. 74)

Nesta perspectiva, a diferença não constitui um ponto de vista singular do outro que se insere no mundo do seu lugar social, mas uma distância que separa; uma diferença entre perspectivas, entre o modo de ser e que decorre da falta de uma cultura de diálogo e compreensão de incompletude de toda identidade cultural. Isso pode resultar no afastamento, fazendo com

que se destaque o que os sujeitos têm de incomum, dificultando a convivência e predominando a intolerância.

Demo (1994) afirma que ao se acionarem iniciativas estruturais como a educação, cidadania plena, ciência e tecnologia, direitos da humanidade, pode-se aumentar as potencialidades de mudanças sociais. Frente ao exposto, salientamos as potencialidades dos meios de comunicação para alavancar uma “democracia de alta intensidade”, o desenvolvimento humano, o exercício pleno dos direitos, entre eles o direito ao acesso a bens culturais. Podem contribuir “na formação de cidadãos, conscientes, críticos, solidários e participativos. A ausência dessa consciência crítica dificulta ou até impossibilita a participação na busca da cidadania e na construção de uma sociedade mais justa [...]” (ROSA, 2011, P. 137).

Ainda para Boaventura (2009) os Direitos Humanos que são globais, com especificidades de cada Estado-Nação, pode ser uma linguagem global para garantir as novas e intensivas ações para inclusão e para “fundar uma política progressista de Direitos Humanos”. O autor concebe os Direitos Humanos como “a energia e a linguagem de esferas públicas locais, nacionais e transnacionais atuando em rede para garantir novas e mais intensas formas de inclusão social.” (p.12).

Neste cenário intercultural onde a intolerância e a violência afloram com muita frequência, principalmente no ambiente escolar, o desenvolvimento de políticas públicas contribuem para uma maior compreensão das diferenças e redução das situações de exclusão. É claro que, ao se falar neste assunto, se está a considerar as particularidades e necessidades específicas que envolvem cada povo e cultura, e que não os coloca embaixo de um mesmo “guarda-chuva”, com as mesmas necessidades. Neste sentido e cenário, Boaventura defende que a missão dos direitos humanos, “é a de estabelecer os exatos limites da igualdade e da diferença entre os indivíduos e entre as culturas, sem contudo, negar os aspectos comuns que os identificam na qualidade de sujeitos particulares” (LUCAS, 2010, p. 227).

Levando em conta essas particularidades e tendo como eixo o direito comum dos cidadãos e a redução das desigualdades, não só econômicas, mas sociais e culturais, julga-se importante falar sobre um processo social em que se trabalha com sujeitos participantes. Considerando a importância de buscar formas de entender as possíveis maneiras de amenizar disparidades, respeitar diferenças, sejam elas econômicas, culturais ou raciais, também se torna relevante problematizar o tema Políticas Públicas, buscando a aproximação das reflexões aqui tratadas. Para tanto, parte-se da perspectiva de Demo (1994), ao explicar que a pobreza se manifesta não apenas através de rendas e bens materiais, mas também através das disparidades do acesso às vantagens sociais e culturais.

3. Políticas sociais às políticas públicas: alternativas para democratizar o acesso à cultura

É possível definir política social como uma “proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais” (DEMO, 1994, p. 14), acreditando que as ações planejadas podem interferir no processo histórico das desigualdades. Esta definição parte do ponto de vista do Estado, em que a questão social é definida como “a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que a sustenta” (p. 14).

No contexto do capitalismo subdesenvolvido, a política social se insere como importante, mas contraditória, já que seu alcance não ultrapassa o próprio sistema. Para Demo (1994),

o capitalismo se apresenta como uma das sociedades mais discriminatórias, por isso, convém introduzir formas democráticas alternativas e mais aceitáveis para a política social. A partir da possibilidade de uma sociedade menos desigual, com processos de conquista dos interessados, a política social pode ser eficaz.

De acordo com estudos teóricos referentes às Políticas Sociais e mais especificamente as culturais, tem-se que é necessário que se leve os objetos midiáticos para as minorias com um intuito democrático, reduzindo assim as desigualdades de acesso à informação bem como à comunicação, vigente em nosso país. Demo (1994) ressalta que essa democratização do acesso pode ser realizada através de conjunto de programas e ações denominadas políticas públicas.

Esses procedimentos multidisciplinares visam à solução de problemas sociais, a diminuição das desigualdades sociais e a emancipação dos sujeitos. Rua (1998, p.01) define políticas públicas como “conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”. Segundo a autora, uma política pública envolve ações estratégicas para implementar as decisões. São processadas pelo sistema político a partir de demandas, por exemplo, reivindicações de bens e serviços, como educação, cultura, preservação ambiental, informação política, estabelecimento de normas para o comportamento dos agentes públicos e privados. A autora complementa afirmando que ao atender as demandas “é que se desenvolvem procedimentos formais e informais de resolução pacífica de conflitos” (p.2).

Com a problemática proposta nesse trabalho, consideramos as Políticas Públicas Culturais como ações centrais para desenvolver a criticidade e empoderamento comunicacional dos sujeitos. Para falarmos de Políticas Públicas Culturais, assume-se primeiramente que a cultura se dá através das interações sociais dos sujeitos. Segundo Botelho (2001) a cultura cria pequenos mundos de sentido: os indivíduos “elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (p.74). Para que esta dimensão seja alcançada, a autora argumenta que as Políticas Públicas voltadas para a cultura devem estar de acordo com a reorganização das estruturas sociais e distribuição de recursos econômicos.

Ao falar em mudanças culturais, o tempo é um fator determinante, já que o processo acontece de forma lenta e gradual, pois a cultura está ligada aos estilos de vida, e isso implica a consideração permanente e simultânea dos vários aspectos aí presentes, numa relação que necessariamente envolve produtores, receptores e produtos culturais. Nesta perspectiva, a cultura não se limita às fronteiras, ela se mundializa (ORTIZ, 1994) e até mesmo se reconstrói a partir das mídias. Esta mundialização está expressa em especial no campo da comunicação, no papel de mediador social.

Entende-se a mídia como um agente que deve acompanhar e vigiar todo o processo que envolve uma política pública, da concepção à avaliação, dando visibilidade e transparência, já que, de acordo com Guilherme Canela da Agência de Notícia dos Direitos da Infância – ANDI¹, “os meios de comunicação desempenham hoje funções essenciais à consolidação das sociedades democráticas”. Então, sendo as políticas públicas alternativas democráticas para que se reduza ao máximo o desigual acesso às oportunidades, existe a necessidade de lhes conceder visibilidade, pois neste processo a mídia,

caberia desempenhar alguns papéis fundamentais para o pleno desenrolar da Política. Dentre eles, levar informações contextualizadas aos diferentes públicos, agendar o debate em torno dos temas vitais para as sociedades nos quais estão inseridos e garantir que as várias instituições democráticas – especialmente governos – sejam responsivas

perante as demais. (CANELA, 2007, P.04)

Foca-se neste trabalho, a dimensão sociológica da cultura, na qual preocupa-se com a produção cultural através de meios específicos a um público. Segundo Botelho, a dimensão sociológica da cultura é “um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura” (2001, p. 75).

Neste aspecto é que a autora nos fala das Políticas Públicas a partir das iniciativas e ações voltadas à cultura. No Brasil, as principais ações para promoção da cultura são as leis de incentivos fiscais e financiamentos privados a projetos culturais. Desta forma, há grupos e movimentos sociais que se organizam para que eventos culturais sejam contemplados com estes financiamentos. Esta organização e intervenção econômica para cultura é vista pela Botelho como pontos positivos e possíveis de estimular diferentes nichos culturais, mas também esclarece que o financiamento não deve ser o único mecanismo para política pública cultural:

Para que um sistema efetivo de financiamento às atividades culturais funcione é obrigatório que se estabeleça uma política pública, em que parcerias – tanto entre áreas de governo, num plano horizontal, quanto entre as três instâncias administrativas, num plano vertical – são fundamentais para conquistar novas fontes privadas de financiamento. (2001, p.78).

Atualmente existem leis de incentivo federais, estaduais e municipais. Dependendo da lei utilizada, o abatimento em impostos pode chegar até a 100% do investimento. Cada lei tem um funcionamento específico. As leis federais oferecem isenção no Imposto de Renda das pessoas físicas ou jurídicas. Já as estaduais proporcionam isenção de ICMS e as municipais, de IPTU e ISS². Ao optar por uma ou outra lei, o produtor cultural deve levar em consideração a região onde o projeto cultural será realizado e as necessidades dos possíveis incentivadores. Se uma empresa não está dando lucro, por exemplo, ela não tem como beneficiar-se da lei Rouanet, mas pode beneficiar-se das leis estaduais ou municipais. Para melhor entender essas formas de promover cultura usando as leis, aqui entendidas como políticas públicas culturais, apresentaremos três projetos culturais realizados e contemplados com LIC municipal e LIC estadual.

4. Produtos culturais das Leis de Incentivo: Vô Venâncio vai à Escola e Pandorga da Lua

Na cidade de Santa Maria - RS, a lei de incentivo à cultura existe desde 1999 e entre seus principais critérios para aprovação de projetos destacam-se a abrangência e a contrapartida social/cultural ofertada ao município, além da atividade que se pretende desenvolver, devendo essa estar inserida em uma das áreas: música e dança; teatro, circo e ópera; cinema, fotografia e vídeo; literatura; artes plásticas e artes gráficas; folclore e artesanato; acervo de patrimônio histórico; museologia e bibliotecas³.

Sendo o projeto aprovado, o empreendedor cultural recebe um certificado e a partir daí está apto a iniciar a captação de recursos, podendo financiar seu Projeto total ou parcialmente com recursos captados via LIC. Por estar em conformidade com tais exigências, se enquadrar nas áreas teatro, música e literatura, e por buscar democratizar o acesso a bens culturais aos alunos de escolas públicas do município de Santa Maria, o Projeto Vô Venâncio vai à Escola, foi aprovado nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Com o objetivo principal de valorizar a cultura e a escola como espaço de iniciação cul-

tural através do teatro, das narrativas ficcionais, da contação de histórias e da exibição de um audiovisual⁴ que trabalha com as temáticas da diferença, preconceito, intolerância e bullying, o Projeto em questão busca contribuir com uma concepção de educação que possibilite aos pequenos o desenvolvimento e ampliação de seus conhecimentos acerca das temáticas destacadas. Além disso, são objetivos a valorização da escola como um espaço para problematização de importantes e atuais questões; exercício da cidadania; desafio à construção de novas relações entre os sujeitos e, incentivo à leitura e contato com as riquezas da literatura.

Cabe aqui um diálogo com as reflexões teóricas de Martín-Barbero (2005) acerca das relações entre cultura, comunicação e educação. O autor afirma estarmos diante de outro tipo de processo que se expressa na cultura da modernidade-mundo: a mundialização - que é “uma nova maneira de estar no mundo” (p. 65). Ele trabalha a partir do conceito de gestão comunicativa em espaços educativos, criando ecossistemas comunicativos, onde destaca a importância da música, programas de televisão, livros, gravuras, moda, danças, pinturas, peças de teatro e elementos audiovisuais (longa e curta metragens). Para o autor esses ecossistemas “estão em relação permanente com nossas matrizes culturais e quanto mais próximos esses produtos estão dessas matrizes, mais chances têm de serem bem recebidos pelo público.” (p.70), no caso específico do Projeto desta análise, composto por crianças em convivência no ambiente escolar.

Aproximando essas reflexões dos processos pedagógicos, sabe-se que o processo de aprendizagem não se restringe ao ambiente escolar, mas se expande através da TV, da internet, dos *games*, da música, do teatro e do cinema, ou seja, bens culturais e midiáticos. A criança e o jovem acabam absorvendo uma grande quantidade de informações, podendo acarretar transformações no processo de reconfiguração dos modos com que eles se relacionam com o mundo onde estão inseridos.

A opinião da coordenadora do Projeto Vô Venâncio vai à Escola, Andreise Vogel, vem ao encontro dessa ideia,

Podemos notar o encantamento das crianças com o momento cultural proporcionado pelo Vô. Elas aguardam ansiosas o começo da apresentação e quando começa se divertem, dão risada, cantam junto com os músicos, se candidatam para participar das cenas em que ele (Vô Venâncio) solicita alguém da plateia. Dá para perceber o quanto este momento cultural é importante para eles, para a escola como um todo porque os professores e direção ficam felizes quando recebem o contato da produção para agendar uma apresentação na escola (2012).

A vice-diretora Zilda Leal, de uma das escolas que recebeu o Projeto Cultural na edição de 2012, destaca que a apresentação possibilita a interação das crianças com o espetáculo: “uma maneira lúdica de transmitir o conhecimento para o aluno que necessita de novas formas de aprendizagem, e uma forma dos alunos terem o contato com o teatro. Este projeto permite que através da escola o aluno tenha acesso a essas formas de cultura, as quais ele não tem normalmente” (LEAL, 2012).

Dessa forma, acreditamos que por meio de um Projeto Cultural como Vô Venâncio vai à Escola, que conta com o incentivo cultural de uma lei municipal, de abrangência segmentada, pois tem foco em um público infantil, é possível democratizar a cultura como um direito humano, educar para as diferenças e contribuir para uma cultura da paz e para a ampliação das formas de expressão de membros de uma comunidade, já que estão em contato com uma forma diferenciada de lazer e entretenimento. Assim, o direito de acesso ao consumo de diversas formas de expressão, deve ser concebido como um caminho promotor da cidadania.

Neste contexto, cabe abordarmos outro projeto realizado em diferentes localidades do Rio Grande do Sul por meio do sistema **Pró-Cultura/RS: o Pandorgueando**. Realizado em diferentes localidades, foi **originado pela** Lei 13.490/10, o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais contempla duas possibilidades: a Lei de Incentivo à Cultura do RS – LIC RS e o Fundo de Apoio à Cultura – FAC. A LIC trabalha com renúncia fiscal de ICMS, enquanto que o FAC é uma ferramenta de fomento direto, onde não há necessidade de captação de patrocínio, pois os recursos são repassados diretamente do Estado para o produtor cultural, por meio de editais⁵. Ao contrário da LIC-RS, que exige captação assim como a LIC – Santa Maria.

Neste caso, os projetos de natureza cultural podem ser beneficiados através da renúncia fiscal, devendo ser aprovados nas diferentes instâncias do Sistema, tendo recebido a autorização para captar recursos junto a empresas que poderão abater parte do patrocínio dado do ICMS devido ao Estado. Produtores culturais cadastrados no sistema Pró-cultura podem inscrever Projetos, tanto pessoa física, jurídica ou prefeituras. O limite de valores de um projeto cultural varia conforme a modalidade do cadastro e histórico do produtor, sendo tais informações disponibilizadas detalhadamente no site da LIC-RS⁶.

A Lei compõe o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, criada pela Lei nº 10.846, de 19 de agosto de 1996 e é normatizada por instruções da Secretaria da Cultura – SEDAC, e por resoluções do Conselho Estadual de Cultura – CEC. As decisões do CEC levam em conta critérios e princípios dispostos na Constituição Estadual, Leis Estaduais e Resoluções Internas, destacando: a necessidade de serem contemplados os diferentes segmentos artísticos e regiões do Estado; o fomento à cultura e a permanência dos benefícios culturais trazidos pelos projetos; a participação da comunidade local; a existência de outras fontes de financiamento; a relação custo versus benefício; a qualidade artística, criatividade e inovação da proposta; e a contrapartida social e cultural do projeto⁷.

O Projeto Pandorguenado **que tem como objetivo principal contribuir para a evolução contínua e simultânea da cultura e da educação**, atende tais instruções normativas da Lei e desempenha importante função para alunos de escolas públicas de inúmeras cidades do Rio Grande do Sul. O espetáculo criado em 2001, é caracterizado como um musical infantil concebido a partir das poesias do escritor e psiquiatra Jaime Vaz Brasil, musicadas por Ricardo Freire. Entre seus objetivos, destacam-se:

Estimular, desde cedo, o convívio e a simpatia pela música rio-grandense, mas também a abertura, valorização e convivência com as demais, diferentes e complementares, nunca inferiores. Constitui-se assim, em uma potencial e lúdica ferramenta de aprendizado multicultural para além da fronteira rio-grandense. [...] Além de possibilitar o conhecimento e reconhecimento de uma diversidade cultural, passível de coexistência, significa um espaço de democratização da arte musical, poética e ilustrativa que estimula o desenvolvimento da criatividade, principalmente por meio das oficinas de educação musical em escolas que foi incorporada ao espetáculo. (ROSA e DUARTE, 2011, P. 07)

A partir da aprovação pela LIC-RS, que possibilitou a captação de recursos junto a três empresas gaúchas, o musical ganhou novos rumos em 2012: um Projeto exclusivo com realização da Chili Produções Culturais⁸, com uma programação de quarenta apresentações em diferentes localidades e municípios da região centro do estado e o mesmo público alvo em todas elas: crianças do ensino fundamental de escolas públicas estaduais.

Segundo Ricardo Freire (2012), diretor musical do Pandorgueando, o espetáculo atinge

alunos “de todas as idades, pois até a quarta série o lúdico ainda está bem presente [...] trabalhamos vários aspectos educativos e culturais e incluímos vários ingredientes de diversão e arte”. Por sua vez a produtora cultural responsável pelo evento e sua circulação no estado, afirma que a iniciativa,

é mais do que entretenimento, o espetáculo investe na criança e no maior potencial do ser humano: a mente e o coração, por meio da audição, imaginação, conhecimento, raciocínio e sensibilidade. Possibilita e estimula desde cedo o convívio, a simpatia e o amor pela arte e pela cultura. Trata-se de um trabalho universal (CARNEIRO, 2012).

Durante as apresentações embaladas pelos poemas que se tornaram canções, tem-se a história de Anacleto, um professor que tem habilidades de captar as ideias e aptidões da aluna Camila, mediando informação e transmitindo conhecimento de forma alegre e divertida. Na relação entre os dois personagens, é evidenciada a amizade e reconhecimento mútuo enquanto sujeitos que se respeitam, ensinam e aprendem ao mesmo tempo. Uma relação “humana, natural, dedicada, interessada. Ambos se conhecem, se compreendem, se aceitam e crescem juntos. Os músicos também fazem parte deste universo e interagem juntos”, afirma Freire (2012).

Carneiro fala também sobre a utilização das políticas públicas como única forma de incentivar a cultura, segundo ela “o governo é considerado um grande investidor da cultura visto que, apenas algumas empresas tem uma política de investimento. São aquelas que, além de utilizar as leis de incentivo, destinam seus próprios recursos aos Projetos” (2012). Acredita-se que esse cenário poderia mudar a partir da ocupação de cargos estratégicos nas empresas por profissionais da comunicação, os quais poderiam implementar gradativamente uma cultura de incentivo a projetos socioculturais, como já ocorre em muitas organizações.

Considerações

Vivemos paradoxalmente um exacerbado multiculturalismo, ao mesmo tempo em que se mantém uma intolerância para com as diferenças e desigual acesso de oportunidades. Acreditamos que assim como ignorar as diferenças é um equívoco, desconsiderar a importância de oportunizar o acesso aos diferentes bens também é. Esta discussão traz para a sociedade e para o âmbito escolar, contexto em que acontecem as apresentações dos dois Projetos Culturais aqui descritos, um constante desafio, pois sabe-se que só se aprenderá a descobrir e entender a diversidade se aprendermos a conviver com as diferenças.

Para tanto, pensamos que trabalhar ações culturais no contexto escolar é necessário e fundamental, principalmente porque a escola é um espaço social de diversidade cultural e de desigualdade social, podendo se configurar como um espaço de discriminação para os alunos, sujeitos em processo de desenvolvimento.

Ao longo do artigo, buscamos dar atenção às possibilidades de alcance da igualdade e oportunidades através do acesso a bens culturais, possibilitados por políticas públicas voltadas a esse segmento, aqui relacionadas com os Projetos Vô Venâncio vai à Escola e Pandorgueando, que tem como tema questões sobre diferença, preconceito, relação aluno e professor, cultura regional, multiculturalismo, elementos indispensáveis na construção de identidades de sujeitos em processo de aprendizagem.

Reconhecemos a importância da Lei de Incentivo à Cultura, tanto municipal quanto estadual, por possibilitar o desenvolvimento dessas diversificadas ações, as quais buscam propiciar

reconhecimento individual, inserção social e cultural e estímulo à sociabilidade, pautadas no respeito ao outro. Assim, consideramos as Políticas Públicas culturais como importantes alternativas para o despertar da criticidade dos sujeitos bem como para os colocar em contato com ações culturais que venham a contribuir para o seu crescimento, na redução das desigualdades e com respeito as diferenças. Compreendemos também que ainda que os recursos disponibilizados por políticas públicas sejam fundamentais para a execução de Projetos Culturais, como os aqui mencionados, julgamos importante salientar que o ideal seria haver um equilíbrio entre a utilização do recurso público e do recurso privado, sendo que ambos poderiam ser utilizados simultaneamente, o que contribuiria para o despertar de uma consciência coletiva interessada em desenvolver o segmento cultural bem como ampliar o acesso a oportunidades por parte das empresas.

Entendemos que importantes passos vêm sendo dados neste sentido, sendo o Fundo de Apoio à Cultura uma alternativa que contribui para que não ocorra o uso exclusivo das Leis de Incentivo aqui apresentadas, as quais podem ser consideradas bastante recentes e passíveis de ajustes e revisões, para os quais um estudo como esse poderá contribuir.

Referências

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e Políticas Públicas*. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, 2001.

DEMO, Pedro. *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas: Papirus, 1994.

LUCAS, Douglas Cesar. *Direitor Humanos e Interculturalidade: um diálogo entre a igualdade e a diferença*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Globalização comunicacional e transformação cultural*. In.: MORAES, Denis de. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. São Paulo: Record, 2005, pp. 57-86.

OLIVEIRA, Rejane. *Identidade, intolerância e as diferenças no espaço escolar: questões para debate*. Revista Espaço Acadêmico – Ano I – Nº 07 – Dezembro de 2001. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/007/07oliveira.htm> Acesso em 20 de junho de 2012.

ROSA, Rosane. **Agendamento de Políticas Públicas**. In Texto (UFRGS. Online), v. 1, p. 131, 2011.

ROSA, Rosane; DUARTE, Noele. *Identidade e multiculturalismo: um estudo sobre o espetáculo Pandorga da Lua*. Revista Lumina. Vol.5. nº2. Dezembro 2011. Disponível em: www.ppgcomufjf.bemvindo.net/lumina. Acesso em 20 out 2012.

ROLIM, Michele. *Nova lei de incentivo: cultura pode comemorar*. In: Jornal do Comércio – RS, 2010. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/31/nova-lei-de-incentivo-cultural-pode-comemorar>. Acesso em 21 out 2012.

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Mimeografado. 1998.

SIGNATES, Luiz. *Políticas Públicas De Comunicação: Alguns referenciais teóricos e práticos de um problema mais amplo do que se pensa*. XXVI Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Belo Horizonte., 2003. Disponível em: <http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/>

arquivosUpload/12514/material/NP10SIGNATES.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9.ed. – Petrópolis: Vozes, 2009.

SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?* Tradução Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas. BA: AATR, 2002.

Notas

¹ Agência de Notícia dos Direitos da Infância – ANDI publicou em 2007, em Brasília, o livro “Mídia e Políticas Públicas de Comunicação”, com apoio da Fundação Ford, supervisão editorial Veet Vivarta; coordenação de Pesquisa e Conteúdo Guilherme Canela e edição Adriano Guerra.

² Fonte: O que é Marketing Cultural. Disponível em: <http://www.marketingcultural.com.br/oquemktcultural.asp?url=O%20que%20%E9%20Mkt.%20Cultural&sessao=%20oqueemarketingcultural>

³ Fonte: Lei de Incentivo a Cultura (LIC). Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/cultura/45-lei-de-incentivo-a-cultura-lic>

⁴ O audiovisual em questão é o curta-metragem gaúcho Leonel Pé-de-Vento que de maneira lúdica e ficcional aborda as temáticas da diferença, bullying e preconceito.

⁵ Fonte: <http://prezi.com/ddxv54ztisrd/conheca-o-sistema-pro-cultura/>

⁶ Site LIC - RS <http://www.lic.rs.gov.br/>

⁷ Dados obtidos no site: http://www.conselhodeculturars.com.br/projetos_conselho.asp?idmenu=2

⁸ A Chili Produções Culturais é uma empresa situada em Santa Maria – RS, e atua no segmento de Relações Públicas e Produção Cultural.

